

O dia chegou...

CORRUPÇÃO Acusado de lavar dinheiro, Serra fecha a lista de presidenciáveis do PSDB encrencados na Justiça

POR ANDRÉ BARROCAL

Em 31 de março de 2006, o tucano José Serra deixou a prefeitura de São Paulo para disputar o governo estadual. Seis meses depois, apesar da promessa de que concluiria o mandato. Naquele dia, uma empresa no Panamá, um paraíso fiscal, a Hexagon, depositou 326 mil euros (1,9 milhão de reais hoje) na conta de uma firma aberta em 2003 no mesmo país caribenho, a Dortmund. A grana saiu de um banco suíço, o Corner, para outro, o Arner. Era o pagamento por “Four Portinari Acquisitions”, conforme uma certa anotação, “Aquisições Quatro Portinari”.

Quatorze anos depois, a Polícia Federal foi à casa de Serra, em São Paulo, atrás de provas de que o senador de 78 anos tinha um talento desconhecido, comercializar obras de arte, e negociou quadros do brasileiro Candido Portinari, filho de pai italiano como o tucano. Teria Serra entrado no ramo para, com a ajuda da filha Verônica, a dona da Dortmund, branquear dinheiro sujo obtido na marcha rumo ao governo paulista, trampolim em seu sonho presidencial? Uns corruptos por aí lavaram grana com obras de arte, caso de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio.

A batida policial de 3 de julho na casa de Serra foi autorizada pelo juiz da

Operação Lava Jato em São Paulo, Diego Paes Moreira, da 6ª Vara Criminal, a pedido da força-tarefa paulista do Ministério Público Federal. Os procuradores acusaram Serra e Verônica ao juiz pelo crime de lavagem de dinheiro, punido com prisão de três a dez anos e multa. A indenização cobrada pelo MPF de pai e filha é de 936 mil euros (5,6 milhões de reais), quantia que os investigadores dizem ter provas de que foi lavada entre 2006 e 2014.

A denúncia mostra uma maldição no PSDB, partido esquizofrênico que declara ser contra o *impeachment* de Jair Bolsonaro, mas agora deu para criticar o ministro da Economia, Paulo Guedes, neoliberal como foi o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Todos os candidatos tucanos a presidente depois de FHC estão enrolados na Justiça. E graças à Odebrecht.

Geraldo Alckmin, competidor em

Sabe-se, não é de hoje, que a filha Verônica, também denunciada, cuidava das finanças e dos negócios do pai

2006 e 2018, tem bens bloqueados desde o ano passado em um processo por improbidade administrativa, devido a um caixa 2 de 7,8 milhões de reais da empreiteira em sua campanha ao governo paulista em 2014. Aécio Neves, postulante em 2014, foi acusado há três meses de receber propina de 65 milhões da Andrade Gutierrez e da Odebrecht entre 2009 e 2010, quando governava Minas, para defendê-las nas obras das hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia. Detalhe: o mineiro é réu desde 2019 por pedir 2 milhões de reais à JBS-Friboi no escândalo que quase derrubou o então presidente Michel Temer, em 2017.

Serra concorreu em 2002 e 2010, e seu infortúnio no ocaso da vida pública (e da física, no Congresso é nítida a sua debilidade) tem, claro, a Odebrecht. Lavar dinheiro sempre tem um crime por trás – é a grana deste que se branqueia. No caso do senador, os ilícitos são cartel e corrupção em obras do bilionário Rodoanel, em São Paulo, ambos investigados em um inquérito paralelo ao que custou a acusação a Serra agora. O cartel surgiu com o antecessor dele no governo paulista, Alckmin. A licitação de um trecho, o Sul, foi rateada em cinco pelas grandes empreiteiras e cada uma levou um lote. O arrematado pela Odebrecht foi objeto de contrato em 2006.

Serra elegeu-se governador naquele ano, tomou posse em 1º de janeiro de 2007 e, de cara, mandou revisar todos os contratos com fornecedores. Um homem de sua confiança, Paulo Vieira da Costa, foi nomeado diretor de engenharia da Dersa, a companhia paulista que licitou e paga o Rodoanel. “Paulo Preto”, como é conhecido, fez reuniões com empreiteiras na sede estatal e em um hotel na Avenida Faria Lima, o Blue Tree, para dizer que o Estado queria um corte linear de 4% no valor do Rodoanel

LUCIANA PREZIA/ESTADÃO CONTEÚDO E REDES SOCIAIS



A filha Verônica tem um peculiar gosto por quadros de Portinari. Pedro Novis é vizinho e o contato do senador com a Odebrecht

e uma caixinha para campanhas do PSDB. A Odebrecht topou, desde que o governo mudasse um item contratual que lhe permitiria poupar custos (e, portanto, lucrar). Serra aceitou. Tudo revelado por oito delatores da construtora.

Numa espécie de cobrança antecipada por favores que lhe faria como governador, em 2006 Serra tinha pedido 4,5 milhões à empreiteira. Foi a um executivo da empresa, Pedro Novis, seu vizinho e um velho contato na construtora. A geografia garantia ao tucano o codinome “vizinho” no sistema eletrônico de propinas da Odebrecht. *E-mails* de Marcelo Odebrecht, chefe da companhia e um dos delatores, confirmam o batismo. Em um deles, de 13 de junho de 2010, Marcelo escreve a um subordinado, Benedicto da Silva Júnior, principal gerente das propinas da empreiteira, sobre como seria uma conversa no dia seguinte com o “francês” sobre o “vizinho”.

“Francês” era José Amaro Pinto Ramos, lobista amigo de Serra e colaborador da Odebrecht em negócios na França, daí o apelido. Novis relatou que,

no dia em que o tucano solicitou 4,5 milhões, recebeu dele, em mãos, o número da conta em que a grana deveria entrar. Esta era mantida por uma empresa chamada Circle em um banco suíço, o Corner, aquele de onde saíram 326 mil euros para a Dortmund, a empresa de Verônica Serra metida naquele ano em “Aquisições Quatro Portinari”. Com a ajuda de autoridades da Suíça, investigadores brasileiros descobriram em papéis do Corner que a Circle fica no Panamá e pertence a Ramos, algo depois admitido ao MPF pelo “francês”.

Papelada e confissão apontaram-no ainda como sócio da Hexagon, a firma panamenha dos 326 mil euros à Dortmund, e da Sofidest, nas Ilhas Virgens Britânicas. Juntas, Circle, Hexagon e Sofidest mandaram 936 mil euros à Dortmund, em cinco depósitos entre 31 de março de 2006 e 19 de fevereiro de 2007. É a quantia que Serra e Verônica teriam lavado, conforme a acusação do MPF. Esses recursos saíram de uma empresa em Antígua e Barbuda, a Klienfeld, usada pela Odebrecht em suas propinas, e apenas transitaram

No caso de Serra, a origem ilícita dos recursos seriam do cartel em obras do bilionário Rodoanel paulista

pelas contas de Ramos, antes de chegar à Dortmund. Foi a colaboração suíça também que permitiu ao MPF saber que a Dortmund é de Verônica.

A conta da Dortmund no banco Arner chama-se Firenze, nome italiano da cidade de Florença, famosa por abrigar obras de arte e arquitetura da era do Renascimento. Aliás, Dortmund também é uma cidade europeia, na Alemanha. A conta Firenze foi onde as empresas de Ramos botaram 936 mil euros, um terço a título de “Quatro Portinari”. Segundo documentos do

Arner, o administrador da Firenze era um uruguaio, Francisco Ravecca, mas uma procuração dava a Verônica poderes para gerir e representar a conta. A papelada tinha mais coisas sobre a filha do senador: data de nascimento (30 de maio de 1969), cópia do passaporte italiano (seu avô paterno era da Itália) e uma análise de riscos de enquanto cliente, de 30 de julho de 2013. Detalhe: José Serra foi analisado junto.

Em 12 de novembro de 2007, Verônica solicitou por *e-mail* ao banco para trocar Ravecca como administrador por uma pessoa chamada Ariel Aisiks. Alguém do Arner ligou para ela, para checar se o pedido era verdadeiro ou fraude. Há ainda uma anotação guardada no banco, segundo a qual alguém de nome Paolo havia conhecido Verônica e gostado dela. A conta foi liquidada em 23 de setembro de 2014, com a transferência de 1,4 milhão de francos suíços (7,8 milhões de reais hoje) para outro banco local, o Salfort, na conta de uma consultoria financeira, a Citadel.

O juiz Moreira resistiu a autorizar a batida policial na casa de Serra. Via elos de Verônica com a Dortmund, mas não do senador. O MPF argumentou que é típico de lavagem de grana ocultar o beneficiário dos negócios, daí que era preciso ir atrás de provas contra o senador. O magistrado deu aval ainda para vasculhar a casa do banqueiro Ronaldo Cezar Coelho, ex-tesoureiro do PSDB e da campanha presidencial de Serra em 2010. Ele já confessou ter recebido 23 milhões de reais da Odebrecht no exterior para o tucano naquela eleição. Moreira bloqueou ainda 40 milhões de reais na Suíça.

Os advogados de Serra dizem que a batida policial foi “invasiva”, que o senador não foi ouvido no inquérito e que não tiveram acesso aos autos e à decisão do juiz, sob sigilo. O PSDB afirmou acreditar na Justiça e confiar na história de Serra. •



José Amaro é o “Francês”, lobista e contato de Serra na França